

DOI: <http://dx.doi.org/10.5902/2236672539046>

Recebido em: 12/07/2019. Aprovação final em: 22/07/2020.

**A POLÍTICA COMO VOCAÇÃO: O JOVEM DANIEL  
BENSAÏD ENTRE PASSADO E FUTURO.***POLITICS AS A VOCATION: DANIEL BENSAÏD BETWEEN PAST AND  
FUTURE.**LA POLITIQUE COMME VOCATION: DANIEL BENSAÏD ENTRE LE  
PASSÉ ET L'AVENIR.**LA POLÍTICA COMO VOCACIÓN: DANIEL BENSAÏD ENTRE PASADO Y  
FUTURO.*

Fabio Mascaro Querido\*

: <https://orcid.org/0000-0003-1648-5615>

“E mesmo assim eu ainda hesito em... ter um fim. É, é isso mesmo, está na hora disso acabar e mesmo assim eu ainda hesito em ter um... (boceja) ...fim” (Beckett, 2002, p.39).

**RESUMO:** Nascido em 1946, em Toulouse, na França, Daniel Bensaïd iniciou a sua trajetória política e intelectual nos anos 1960, em meio à luta contra a guerra do Vietnã, e, em março-junho de 1968, sob a atmosfera da revolta juvenil e operária que sacudiu o país europeu. Desde então, tornou-se uma das principais vozes da esquerda radical francesa, mantendo, ao mesmo tempo, uma presença intelectual singular, que sempre transcendeu as fileiras de sua agremiação política. O objetivo deste artigo é problematizar alguns momentos fundamentais do itinerário político e intelectual de “juventude” de Daniel Bensaïd, isto é, dos anos 1960 até a segunda metade da década de 1980. Período menos conhecido da sua trajetória, ele é decisivo para a compreensão da virada benjaminiana pela qual passaria o autor no final dos anos 1980. Embora sob os limites do enquadramento militante, é possível observar em germe, em seus textos desse período, alguns dos traços que, notadamente a partir de 1989, seriam centrais na sua reflexão, quando se torna um intelectual reconhecido na sociedade francesa, para além do público ligado à esquerda radical.

\* Doutor em Sociologia; Professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, SP, Brasil; E-mail: [fquerido@unicamp.br](mailto:fquerido@unicamp.br)

**Palavras-chave:** Intelectuais; marxismo; Daniel Bensaïd; política; França.

**ABSTRACT:** *Born in 1946, in Toulouse, France, Daniel Bensaïd began his political and intellectual trajectory in the 1960's, amid the struggle against the Vietnam war, and, in may-june 1968, under the atmosphere of youth and working-class revolt that shook the european country. Since then, he became one of the main voices of french radical left, while maintaining a singular intellectual presence, that had always transcended the lines of his political association. The article will problematize some of the fundamental moments of the political and intellectual itinerary of Daniel Bensaïd's youth, namely, from the 1960's till the second half of the 1980's. It is a period of his trajectory that is not well known and is decisive to understand the Benjaminian turning point by which he would go through in the late 1980's. Although under the limits of the militant perspective, it is possible to observe in his writings from this time an outline of some of the traits that would be central in his reflexions, notably from 1989 and on, when he became a recognized intellectual in french society, beyond the public linked to the radical left.*

**Keywords:** *Intellectuals; marxism; Daniel Bensaïd; politics; France.*

**RÉSUMÉ:** *Né en 1946 à Toulouse, en France, Daniel Bensaïd a commencé sa trajectoire politique et intellectuelle aux années 1960 dans le cadre de la lutte contre la guerre du Viêt Nam et, en mars-juin 1968, sous la pression de la plus grande grève ouvrière de l'histoire du pays. Depuis lors, il est devenu l'une des voix la plus important de la gauche française radicale, tout en maintenant une présence intellectuelle unique, qui a toujours dépassé les rangs de son association politique. L'objectif de cet article est de problématiser certains moments fondamentaux de l'itinéraire politique et intellectuel de "jeunesse" de Daniel Bensaïd, c'est-à-dire des années 1960 à la seconde moitié des années 1980. Période moins connue de sa trajectoire, elle est pourtant décisive pour prendre la dimension du tournant benjaminien qui se produira à la fin des années 1980. Bien que dans les limites du cadre militant, il est possible d'observer en germe, dans ses textes de jeunesse, certains traits qui, à partir de 1989, seraient au centre de sa réflexion, l'aidant à se consolider en tant qu'intellect reconnu dans la société française, au-delà du public attaché à la gauche radicale.*

**Mots-clés:** *Intellectuels ; marxisme ; Daniel Bensaïd; politique; France.*

**RESUMEN:** *Nacido en 1946 en Toulouse, Francia, Daniel Bensaïd empezó su trayectoria política e intelectual en la década de 1960, en la lucha contra la Guerra de Vietnam y, en marzo y junio de 1968, bajo la atmósfera de la revuelta juvenil y obrera que sacudió el país europeo. Desde entonces, Bensaïd se ha convertido en una de las principales voces de la izquierda radical francesa, manteniendo, al mismo tiempo, una presencia intelectual singular, que siempre ha trascendido las filas de su grupo político. El propósito de este artículo es problematizar algunos momentos fundamentales del itinerario político e intelectual de “juventud” de Daniel Bensaïd, es decir, desde la década de 1960 hasta la segunda mitad de la década de 1980. Aunque sea el periodo menos conocido de su trayectoria, este es decisivo para comprender el giro benjaminiano por el que pasaría el autor a fines de la década de 1980. Dentro de los límites del marco militante, es posible observar en germen, en sus textos de ese periodo, algunas de las características que, en particular desde 1989, serían centrales para su reflexión, cuando se convierte en un intelectual reconocido en la sociedad francesa, más allá del público vinculado a la izquierda radical.*

**Palabras-clave:** *Intelectuales; marxismo; Daniel Bensaïd; política; Francia.*

## UM INTELECTUAL SINGULAR

Daniel Bensaïd foi um intelectual *sui generis*. Muito embora sintetize algumas das perspectivas que orientaram a esquerda anticapitalista francesa e europeia, se não mundial, a sua trajetória intelectual sempre teve algo de singular, irredutível ao papel comumente atribuído a uma liderança política. Homem de partido, e não mero *compagnon de route*, Bensaïd nunca deixou de ser, ao mesmo tempo, um intelectual sofisticado, preocupado em ir além dos lugares-comuns – inclusive os de sua própria tendência política. Mesmo quando abordava aspectos cotidianos da prática política da esquerda revolucionária, Bensaïd revelava capacidade incomum para apreender o inaudível, o que resiste a ser desvelado. De onde a sua escrita marcada por uma sensibilidade literária, que se intensifica após a virada para os anos 1990, mas que já estava presente, em germe, tensionada pelo enquadramento militante, nos seus textos políticos dos anos 1970 e 1980.

O objetivo deste artigo é reconstituir e problematizar o itinerário intelectual e político de Daniel Bensaïd dos anos 1960 até o final da década de 1980. Trata-se do período menos conhecido de seu itinerário, anterior à mudança de rumo dos anos 1990, quando se afasta das tarefas ligadas à direção partidária e se dedica à produção intelectual propriamente dita, redigindo mais de duas dezenas de livros em vinte anos, até o seu falecimento em janeiro de 2010. Nessas primeiras três décadas de sua trajetória, Bensaïd acumulou um cabedal de experiências (políticas, sociais, culturais e intelectuais) que, depois, com o distanciamento da prática política cotidiana, lhe serviria de material empírico à reflexão sobre os caminhos possíveis para a atualização do marxismo e do pensamento crítico. Por isso mesmo, entender esse período de “juventude” é fundamental para dimensionar o *tournant* benjaminiano pelo qual passaria na segunda metade dos anos 1980, em meio às transformações que ocorriam na Europa e, de certa forma, em todo o mundo.

## **ANOS DE FORMAÇÃO**

Nascido em 1946, em Toulouse, na França, Daniel Bensaïd vivenciou desde jovem a atmosfera latina da cidade que havia acolhido um contingente significativo de republicanos espanhóis, ali exilados após a ascensão da ditadura franquista. Seu pai, judeu argelino, depois de escapar da prisão, em 1943, adquiriu um pequeno café em Toulouse, “le Bar des amis”. Ainda pequeno, Daniel Bensaïd observava com bastante curiosidade a “clientela popular” que frequentava o café: além dos refugiados espanhóis, antifascistas italianos, carteiros, ferroviários, pequenos comerciantes, e os comunistas, claro, que organizavam algumas de suas reuniões no bistrô. Esse foi, como diria mais tarde, seu “primeiro observatório sociológico”.

A mãe, por sua vez, provinha de uma família de republicanos de esquerda, do Val-de-Loire. O avô materno chegou a participar, com apenas 14 anos, da Comuna de Paris, em 1871. Mesma idade com a qual o próprio Daniel Bensaïd seria apresentado pela primeira vez, por um amigo da escola, ao *Manifesto Comunista*, de K. Marx e F. Engels. Nessa mesma época, em 1960, seu pai faleceu vitimado

por um câncer, o que deixou o pequeno Daniel imerso em um “período de meditação mórbida”<sup>2</sup>. Em 1962, finalmente, ele e alguns amigos formaram uma célula das *Juventudes Comunistas* no liceu em que estudavam. Na trajetória de Daniel Bensaïd, era a “entrada” – desde então sem interrupção – na política, o que colocaria fim tanto à sua carreira futebolística quanto às suas ambições teatrais.

Três anos mais tarde, Bensaïd foi expulso da JC e da *União dos Estudantes Comunistas*, organização de juventude do PCF. Ao lado dos demais jovens camaradas da corrente de esquerda igualmente excluídos da UEC, tomou parte na fundação das *Juventudes Comunistas Revolucionárias* (JCR), em abril de 1966. Composta fundamentalmente por estudantes, a JCR se apresentava, de início, como guevarista, mais do que propriamente trotskista, a despeito da filiação à IV Internacional de alguns dos principais líderes da organização: Alain Krivine, Henri Weber e Gérard Verbizier. Para os jovens da JCR, Guevara era o melhor antídoto ao flerte maoísta de parte da extrema-esquerda francesa. Em 1967, a JCR organizou a distribuição, com a ajuda de François Maspero, de 5000 exemplares da “Mensagem do Che à Tricontinental” (Cf. Salles, 2005, p.48).

É nesse contexto que, no início de 1966, Daniel Bensaïd desembarcou na estação de Austerlitz, em Paris, para estudar filosofia na *École Normale Supérieure* (ENS) de Saint Cloud, tornando-se, como ele dirá, um “intermitente do conceito”, encurralado em uma “no man’s land” entre os fiéis à ortodoxia do PCF e os adoradores do Grande Timoneiro chinês. Membro do círculo “sociophilo” da JCR, Bensaïd viveria em Paris ao lado de Martine (sua companheira, na época), e do casal de amigos Alain Brossat e Denise Avenas. A célula se reunia na casa de David Rousset, pai do jovem Pierre Rousset, e contava com a participação – além de Daniel e Pierre – de Henri Weber, Dominique Mehl, Guy Hocquenghem, dentre outros e outras.

Na esteira das solidariedades com as lutas dos povos do terceiro-mundo, a JCR organizou-se de imediato em torno da luta contra

---

2 Além da precariedade material, a morte do pai jogou Daniel (então com apenas 14 anos) em uma atmosfera melancólica. Em uma lição de casa de janeiro de 1961, ou seja, seis meses após o falecimento do pai, Daniel Bensaïd revela – em um exercício de ficção baseado no poema “Les fenêtres”, de Baudelaire –, uma sensibilidade e uma capacidade de imaginação, assim como um estilo de escrita, inacreditáveis em se tratando de um jovem da sua idade, em uma prosa carregada de melancolia e de descrença. Arquivos pessoais aos cuidados de Sophie Bensaïd.

a intervenção americana no Vietnã, no quadro dos “Comitês Vietnã Nacional” (CVN) que ela ajudou a fundar, no dia 30 de novembro de 1966, ao lado de personalidades como Laurent Schwarz, Pierre Vidal-Naquet e Jean-Paul Sartre<sup>3</sup>. A luta contra a guerra do Vietnã significou, para os jovens “baby-boomers”<sup>4</sup> que ensaiavam os primeiros passos no militantismo de esquerda, um verdadeiro batismo militante, constituindo-se no início do processo de radicalização do qual os acontecimentos de maio de 68 seriam o momento culminante.

Não é um mero acaso o fato de que o estopim do que veio a ser maio de 68 (o “movimento 22 de março”, em Nanterre) tenha ligação direta com a luta contra a guerra. Em 20 de março de 1968, em mais uma “ação exemplar” impulsionada pela JCR e por simpatizantes, diversos manifestantes quebraram as vitrines de estabelecimentos norte-americanos, tal como o American Express. A prisão de vários jovens – dentre os quais Xavier Langlade, militante da JCR e estudante em Nanterre – estimulou, como resposta, a ocupação, por cerca de 150 estudantes, do prédio administrativo (reitoria) da Universidade: ali se originara o “movimento 22 de março” (nome inspirado no “movimento 26 de julho”, dos revolucionários cubanos), fruto de uma aliança entre a JCR, liderada por Bensaïd, e os anarquistas/libertários, liderados pelo estudante alemão Daniel Cohn-Bendit, do grupo “Noir et Rouge”. O movimento se definia como antiimperialista (solidariedade aos povos indochineses e cubano), anti-burocrático (solidariedade aos estudantes poloneses e da primavera de Praga) e anticapitalista (solidariedade aos operários de Caen e de Redon).

Os acontecimentos de maio de 68 modificaram substancialmente o cenário da esquerda francesa, abrindo uma brecha para a emergência e o desenvolvimento dos “grupúsculos” de extrema-esquerda, sejam os trotskistas, os maoístas ou ainda os libertários. O desenvolvimento da JCR – que viu aumentar seus efetivos, passando de 350 a cerca de 1000 militantes de abril a junho de 1968 - significava uma amostra do processo que estava em curso e, além do mais, da importância e da visibilidade da pequena organização nos acontecimentos que sacudiram Paris entre março e maio de 68.

<sup>3</sup> Sobre os CVN, cf. Nicolas Pas (2000).

<sup>4</sup> Sobre os baby-boomers, cf. Sirinelli (2004).

Em junho de 68, com a dissolução da JCR pelo governo, Bensaïd se refugiou – junto com Henri Weber - no apartamento de Marguerite Duras, em Saint-Germain-des-Prés, onde aproveitaram para escrever *à chaud* um pequeno livro sobre os acontecimentos de maio para a Maspero. No livro – *Mai 68, une répétition générale* - os autores (Bensaïd & Weber, 1968) vislumbram o início, na França, de uma situação pré-revolucionária, cujo desfecho positivo dependeria da existência de um partido de vanguarda preparado para não perder o momento decisivo. Os acontecimentos de maio-junho seriam apenas o início de uma radicalização do movimento operário e das camadas populares, “transbordando” as organizações reformistas. Tratava-se, em outras palavras, de um “ensaio geral”, que colocava na ordem do dia a necessidade inelutável de um partido capaz de conferir expressão política à luta da classe trabalhadora pela tomada do poder<sup>5</sup>. Esta será a perspectiva dos membros da extinta JCR na formação da *Liga Comunista* (LC), já em 1969. E agora a filiação trotskista era inequívoca: mesmo Bensaïd, outrora em posição de desconfiança, acabou por apoiar a decisão da maioria pela adesão à IV Internacional.

## **À PROCURA DA REVOLUÇÃO: “LENINISMO APRESSADO” E TENTAÇÃO MILITARISTA**

É nesse contexto que Daniel Bensaïd escreve, no final de 1968, sua dissertação de mestrado sobre a crise revolucionária em Lênin. Ainda que com um perfil mais acadêmico – através da apropriação de autores como Gaston Bachelard, Freud, Sartre, Poulantzas, além de Lukács, cujo dispositivo teórico é para ele central –, o texto estava estreitamente vinculado aos debates preparatórios ao congresso de fundação da LC. A partir das definições de Lênin em *A falência da II Internacional* e de Trotsky em sua *História da revolução russa*, Bensaïd destaca a importância do elemento subjetivo (o partido) na emergência e na possibilidade de uma saída efetivamente

<sup>5</sup> Em 1998, quer dizer, mais de uma década após sua adesão ao PS (tornando-se assistente de Laurent Fabius e, mais tarde, senador e deputado europeu pelo partido), Henri Weber tenha escrito um livro no qual saúda a contribuição de maio de 68 como uma virada “amplamente positiva” na direção de uma sociedade “mais liberal, mais democrática”, com uma não negligenciável “modernização dos costumes”. Cf. Henri Weber (1998).

revolucionária à crise, através da construção e do desenvolvimento de mecanismos de duplo poder.

A intervenção subjetiva da classe revolucionária, no caso, do partido – de uma vanguarda articulada em torno de uma vontade estratégica comum –, é o ponto de diferenciação entre a simples situação revolucionária e uma verdadeira crise revolucionária, “a hora da verdade”. Para Lênin, conforme a interpretação de Bensaïd, a crise revolucionária emerge quando a “diversidade não mensurável que funda a situação revolucionária é unificada pela organização que a interioriza”. O núcleo da crise, assim, não reside mais “em um ou outro dos elementos objetivos”, encontrando-se “transferida ao âmbito do sujeito que os sintetiza e os interioriza” (Bensaïd, 1968, s/p). Deste ponto de vista, a crise revolucionária significa o “ponto de ruptura privilegiado” no qual o proletariado irrompe revelando a “verdade latente” da história.

Essa leitura voluntarista de Lênin era explicitamente influenciada por aquela do Lukács de *História e Consciência de Classe*, especialmente pelo ensaio “Observações metodológicas sobre a questão da organização” (1922), no qual o partido é compreendido como a encarnação da subjetividade capaz de estimular a ruptura com a objetividade coisificada do capital e do Estado burguês. Em Bensaïd, tal perspectiva se explicitava na concepção da passagem de um “sujeito teórico” (o proletariado inscrito na estrutura do modo de produção, a “classe-em-si”) a um “sujeito prático”, representado pela vanguarda, responsável por elevar a classe à condição de “classe-pa-ra-si”, consciente do seu próprio papel na história.

Por essa razão, a consciência política da classe só pode ser aportada, segundo Lênin (e Bensaïd, à época), “de fora”. Em si mesma, entregue às suas próprias forças, a classe operária pode apenas alcançar uma “consciência trade-unionista”, como diria Lênin em *Que fazer?* Espontaneamente, o proletariado não consegue ir além do terreno da luta econômica. O partido, com seus “intelectuais orgânicos”, conforme afirmou Gramsci mais tarde, é, portanto, o instrumento através do qual a “fração consciente do proletariado” acede à luta política preparando o enfrentamento com o Estado burguês – a “pedra angular da formação social capitalista” (Bensaïd, 1968, s/p).



Na ótica do jovem Bensaïd, os partidos operários seriam uma espécie de mediação entre um sujeito (o proletariado) que não tem ainda total consciência de sua missão histórica e um objeto (a formação social capitalista) que eles devem transformar. Em outros termos, o partido traduz, em alguma medida, segundo a leitura leninista de Bensaïd, um “projeto” no sentido sartreano, tal como exposto em *La critique de la raison dialectique* (1960): o projeto significa uma “superação subjetiva da objetividade”, entrelaçando as condições “objetivas” e o horizonte aberto dos possíveis. “Tensionado entre as condições objetivas do meio e das estruturas objetivas do campo dos possíveis”, o projeto “representa a unidade dinâmica da objetividade e a subjetividade”. Por conseguinte, o “subjetivo” (identificado ao partido, nesse caso) retém em si “o objetivo que ele nega e que ele supera na direção de uma objetividade nova, e essa nova objetividade, em seu nível de objetivação, exterioriza a interioridade do projeto como subjetividade objetivada” (Sartre, 1960, p.66, 67).

Ora, não é difícil perceber aqui o quanto o ultraleninismo do jovem Bensaïd transformava o partido em uma espécie de equivalente do espírito absoluto hegeliano, afastado das contingências da consciência de classe cotidiana. Tratava-se, bem evidentemente, de uma leitura “leninista-lukacsiana” em tudo oposta à fascinação que, para Bensaïd à época, Althusser dedicava às estruturas e à ordem, acabando por legitimar o “real” existente em detrimento do possível. Para o jovem Daniel Bensaïd e seus colegas da JCR/LC, um acontecimento como “maio de 68” demonstrava os limites do anti-historicismo e do anti-humanismo de Althusser, revelando uma nova subjetividade revolucionária em formação.

Assim, mais do que teórica, a questão era de fundo política. Para Bensaïd, o desdém pela história permitia ao filósofo argelino se esquivar de um balanço franco sobre o stalinismo. Em 1974, para coroar essa perspectiva anti-althusseriana, Daniel Bensaïd publicaria, ao lado de outros intelectuais militantes ou simpatizantes da LCR (como Jean-Marie Vincent, Alain Brossat, Denise Avenas, J.-M. Brohm, Catherine Colliot-Thélène, e J.-M. Poiron), uma coletânea de artigos intitulada, sem rodeios, e “no limite do excesso”, como reconheceria mais tarde: *Contre Althusser*.

A despeito de sua démarche fortemente anti-althusseriana, Bensaïd não hesitou, porém, em se utilizar da distinção – retomada por Nicos Poulantzas em *Pouvoir politique et classes sociales*, que tinha acabado de ser publicado pela Maspero – entre a abstração teórica do “modo de produção” e a realidade concreta da “formação social”, compreendida como a “sobreposição específica de vários modos de produção ‘puros’”, sob a hegemonia de um dentre eles. Nas palavras de Poulantzas (1968, p.11), então fortemente marcado pela problemática althusseriana, “a formação social constitui uma unidade complexa com a dominância de um determinado modo de produção sobre os outros que a compõem”. A crise revolucionária, no sentido pensado por Lênin, não significa, portanto, para Bensaïd (apoiando-se na formulação althusseriana de Poulantzas), a crise de um modo de produção, “porque entre modos de produção há transformação e não crise”. A crise, a bem dizer, é aquela de uma formação social específica, “na qual as contradições do modo de produção adquirem vida e se atualizam através das forças sociais reais nele implicadas” (Bensaïd, 1968, s/p).

Se a crise é sempre a crise de uma formação social concreta, cuja atualização é realizada pela luta de classes, trata-se então de uma categoria especificamente política, à diferença da despolitização que, para Bensaïd, seria a consequência inelutável do “cientificismo” althusseriano. Daí a força da reflexão política de Lênin, responsável por uma ruptura no âmbito do marxismo, ao conceber a especificidade da política em relação ao nível social da classe. É no nível político que se joga a verdadeira batalha contra o núcleo que garante a dominação capitalista: o Estado burguês. O confronto entre as classes fundamentais tende assim a se reduzir a um enfrentamento entre o partido e o Estado. Aos olhos de Lênin, a elaboração de uma estratégia revolucionária não pode ser dissociada da estratégia de construção de uma organização revolucionária: as duas necessidades se condicionam reciprocamente, a estratégia política revolucionária sendo a condição de eficácia da organização, enquanto essa, de outra parte, é a condição de existência da estratégia. De onde a sentença ultraleninista de então, professada por Bensaïd (1968, s/p): “todas as revisões dos princípios de Lênin em matéria de organização procedem [...], de um jeito ou de outro, de um deslize

para fora do campo político”, e, portanto, para fora do espaço no qual se joga o essencial da crise revolucionária: o Estado.

## A ATUALIZAÇÃO DA ESTRATÉGIA REVOLUCIONÁRIA

Em junho de 1973, militantes da LC organizaram um ataque frontal – violento e espetacular – a um encontro de *Ordre Nouveau*, grupo de extrema-direita, precursor da *Front National*, de Jean-Marie Le Pen. Se a ação atingiu os seus objetivos, em linha com a ótica militarista de então, ela ativou, por outro lado, no interior da LC, o debate sobre a perspectiva política e organizacional da organização, colocando em questão o ultraleninismo para cuja elaboração Bensaïd havia tido um papel central.

Em seguida ao relaxamento das acusações da justiça, lançada contra a direção da organização após o ataque, os ex-militantes da LC a refundaram, com nome idêntico, apenas acrescentando o epíteto “Revolucionário”: a *Liga Comunista Revolucionária* (LCR) nascia oficialmente em congresso realizado em dezembro de 1974. Mais do que uma mudança de nome (na verdade, um acréscimo), a refundação da Liga marcava uma nova etapa em relação ao ativismo desenfreado que vigorara até então, sem, todavia, com ele romper totalmente. Segundo Krivine, a dissolução de junho de 1973 “fecha uma época”, aquela do primado da ação direta, na rua. “Nós não tínhamos total consciência, mas o movimento estudantil se esgotava. A ascensão da União de Esquerda, o renascimento do PS [e] o aparecimento de uma solução eleitoral transformavam as condições de nossa intervenção política” (In: Hamon & Rotman, 1988, p.514).

Uma vez mais, e no que seria para ele um processo de autocrítica parcial, Daniel Bensaïd foi um dos responsáveis pela elaboração da “nova” linha política, menos “substitucionista” e baseada no partido concebido como “falange da história”, e mais voltada para as “modalidades de sua construção em relação com o desenvolvimento da consciência de classe”<sup>6</sup>. A tarefa central para a LCR torna-se então a

<sup>6</sup> Em entrevistas realizadas entre 2014 e 2015, na França, vários interlocutores diretos de Daniel Bensaïd abordaram as disputas e tensões que perpassavam os debates da organização nesse momento, com o filósofo francês tendo um papel destaque na elaboração tanto na “velha” quanto na “nova” linha política. Pode-se sublinhar, por exemplo, as entrevistas com Antoine Artous e com Lucien Sanchez. Cf. Querido (2016).

conquista do que o X Congresso da IV Internacional, ocorrido igualmente em 1974, havia denominado “Vanguarda operária ampla”.

Na obra de Daniel Bensaïd, perfeitamente expressivo dessa (relativamente) nova perspectiva é o livro *La Révolution et le Pouvoir*, redigido em 1975 e publicado no ano seguinte. Nas quase quinhentas páginas da obra, Bensaïd se engaja em uma reflexão sobre as complexidades da transição ao socialismo, jogando luz nas questões ligadas à construção de uma nova hegemonia antes e depois da ruptura revolucionária, em especial (mas não apenas) quando se trata de países do “centro” do sistema. “A primeira revolução proletária deu sua resposta ao problema do Estado”, afirma Bensaïd na abertura do livro. “Sua degenerescência nos lega aquele do poder. O Estado deve ser destruído, sua maquinaria quebrada. O poder deve ser desfeito, em suas instituições, suas ancoragens subterrâneas (a divisão do trabalho, notadamente)”. Com efeito, “como a luta através da qual o proletariado se constitui em classe dominante pode, malgrado a contradição aparente, contribuir nesse processo?” (Bensaïd, 1976, p.7). De acordo com Bensaïd, o partido de vanguarda é ainda o instrumento através do qual o proletariado pode superar a “força da ideologia dominante”:

“Somente uma minoria, uma vanguarda, pode se elevar acima do horizonte da produção mercantil generalizada pelo capitalismo; e a maioria apenas pode ascender a essa visão de seus próprios interesses históricos gerais em situações de crise, rupturas, perturbação da ordem estabelecida” (Bensaïd, 1976, p.31).

Mas, em *La Révolution et le Pouvoir* (e em outros textos políticos de Bensaïd deste período), a atenção às modalidades da dominação e da construção da consciência de classe, bem como ao peso relativo das direções reformistas, impõe uma concepção mais nuançada da preparação prévia à tomada do poder, de onde o interesse pelo papel de dispositivos institucionais como a família conjugal monogâmica – instância disciplinar visando a manutenção da esfera reprodutiva da vida privada – ou a instituição escolar – cuja crise significa a crise de um modelo de controle e de normalização. O im-

portante, para Bensaïd, era apreender o “enraizamento” dessas questões sobre o poder e as instituições (e as dominações e opressões) na divisão do trabalho, “que constitui a base”. Trata-se de uma questão estratégica, já que a existência (ou não) dessa articulação determina a perspectiva política assumida:

“A crítica das instituições não pode perder de vista esse ponto de fixação [...]. Perdendo esse ponto de referência, orienta-se em direção a uma grande frente de revoltas, um movimento de libertação de todos os oprimidos e aliados no qual se dissolvem os contornos do interesse de classe” (Bensaïd, 1976, p.96).

Para Bensaïd, no que simbolizava a “última geração de outubro” (Stora, 2008), os desafios estratégicos da LCR em meados dos anos 1970 eram parecidos àqueles da III Internacional: após um período esquerdista, com a euforia da ascensão revolucionária, o terceiro e, sobretudo, o quarto congresso marcaram uma virada na III Internacional, colocando em marcha a tática da Frente Única e do governo operário. Do mesmo modo, se, após 1968, a LC recaiu em uma posição esquerdista, na qual o partido seria a tradução consciente de um movimento inconsciente já em andamento, à espera da próxima crise, o momento havia chegado, com a formação da LCR em 1974, para a reconfiguração da perspectiva político-estratégica. Era preciso “retomar de onde foi interrompido o debate estratégico da III Internacional, aprofundando-o à luz das experiências contemporâneas, e mostrando em que a política revolucionária é parte integrante de um projeto de sociedade, o do socialismo que nós queremos”, conforme escreve em *La Révolution et le Pouvoir* (Bensaïd, 1976, p.8).

A reafirmação da tradição revolucionária se acompanhava assim de uma problematização das questões do poder e da dialética das relações entre democracia socialista e auto-organização das massas, entre hegemonia e ditadura do proletariado, a fim de se opor a um só tempo aos reformismos “stalinista” (PCF)<sup>7</sup>, “socialdemocrata” (PS),

<sup>7</sup> Na ótica de Bensaïd, a passagem do PCF ao reformismo selou-se em definitivo com o abandono da noção de “ditadura do proletariado” em 1976. Como ele diria em 1979: “Na prática, o abandono da ditadura do proletariado e sua superação formal pela articulação da democracia mista acabam por legitimar as instituições parlamentares [...], opondo-se aos órgãos de democracia direta no momento em que eles entram em conflito”. Cf. Daniel Bensaïd (1979).

“autogestionário” (PSU, Rocard) e/ou “eurocomunista”, e aos “novos filósofos”, ex-esquerdistas que haviam embarcado na onda “antitotalitária”. “Fundar uma *démarche* revolucionária que parta de uma crítica radical do stalinismo é polemizar tanto com as organizações reformistas do movimento operário quanto com as correntes que, perdendo toda bússola, derivaram à direita, mesmo quando fizeram a viagem de Maio” (Bensaïd, 1976, p.7, 8). O diagnóstico é duro, e muito menos otimista que os textos do pós-maio:

“Não queremos acusar ninguém. Mas somente dar o alerta. Há hoje uma ideologia de direita em gestação na Universidade [...]. O perigo é tanto mais real porque maio de 68 ainda não produziu sua geração de intelectuais revolucionários, e porque os *mâitres-à-penser* da esquerda universitária se dividem hoje entre a corrente althusseriana, explicitamente ao serviço dos projetos políticos do PCF, e a corrente dos desejantes-derivantes da qual é preciso situar a função” (Bensaïd, 1976, p.21).

Para Bensaïd, nesse momento, em face da capacidade de resistência das direções reformistas, era mais do que nunca necessário analisar novamente as relações entre os movimentos sociais de massa e suas articulações políticas, à diferença das análises do pós-maio, nas quais a subestimação da problemática da Frente Única decorria da esperança de um transbordamento generalizado do movimento dos trabalhadores por sobre os limites do reformismo. O partido revolucionário não é mais o agente abstrato da verdade histórica encarnada pelo proletariado, à espera do grande dia, mas antes de tudo um instrumento capaz de intervir nos diversos níveis da luta dos trabalhadores, impulsionando-a na direção da unificação da classe (através, mas não só, das FUs) e do enfrentamento contra a ordem burguesa. O papel decisivo do partido se deve exatamente a essa tarefa de unificação da classe, por meio de suas próprias lutas. Não por acaso, Bensaïd visualizava com muito menos indulgência, se comparado aos escritos anteriores, as possibilidades que se abriram em maio de 68:

“Se, na lembrança de 68, a festa toma a frente sobre o combate, é porque a questão do poder não se colocou de modo prático, concre-

tamente. Os reformistas não queriam sequer ouvir falar [da questão do poder]. E a classe operária, saindo de várias décadas de legalismo, de anestesia parlamentar, deu apenas passos, pequenos, hesitantes, na direção da construção de seus próprios órgãos de poder. Para um movimento grevista dessa amplitude, alguns comitês de ação, algumas experiências de controle operário, é irrisório” (Bensaïd, 1976, p.14, 15).

Em certa medida, essa extensão relativa do campo de reflexão sobre a prática revolucionária significava, em Bensaïd, uma espécie de “resposta” às críticas recebidas em função da linha ultraleninista e “politicista” da Liga. Ao mesmo tempo, embora não fosse uma ruptura com a orientação geral leninista da organização, essa ampliação do escopo reflexivo era expressão, mesmo que não totalmente consciente, do início de uma mudança histórica (econômica, política e intelectual) importante, na qual o fim do ciclo político aberto em 1968 coincidia com a emergência de um questionamento das grandes esperanças revolucionárias associadas à “modernidade de esquerda”, por assim dizer (Cf. Therborn, 2012). Não é um acaso se os debates sobre a modernidade apareceram, na França e na Europa, exatamente no final dos anos 1970.

Em Daniel Bensaïd, bem como no interior da Liga, a derrota da revolução portuguesa, em 1975, combinada ao desfecho frustrante dos pactos pós-Franco na Espanha, significou o primeiro sinal, ainda incipiente à época, do fechamento de uma época, sem que uma nova tenha ainda começado a aparecer. É verdade que, nesse momento, não havia, em Bensaïd, uma compreensão do que estava ocorrendo, tanto mais porque ainda havia no ar, mesmo que de uma forma menos intensa, algo da atmosfera e dos ventos do pós-maio que ainda não haviam sido sufocados. Em todo caso, essa transformação da atmosfera – que, a posteriori, não é difícil identificar – aparecia nas suas reflexões sob a pressão dos novos desafios impostos à esquerda política e intelectual. Deste ponto de vista, um livro como *La Révolution et le Pouvoir*, tal como vimos, demarca uma nova etapa do seu leninismo, na medida em que é “coagido” a ampliar o campo de reflexão de forma a integrar (dando-lhes uma resposta “marxista-

-revolucionária”) as novas questões e os novos problemas trazidos pela emergência de uma direita new-age, edulcorada de elementos supostamente subversivos em relação à ordem normativa.

Em um nível propriamente intelectual, os anos de 1974 e 1975 marcaram o início de uma mudança importante no cenário intelectual francês, com as primeiras manifestações do que mais tarde seria conhecido como o “momento antitotalitário”. Após as polêmicas em torno da publicação do livro de Alexander Soljenitsyne, *L'Archipel du Goulag*, a temática do totalitarismo, ou antes, da crítica ao totalitarismo, começa a ser “internalizada” na França, particularmente por intelectuais saídos da esquerda, mas agora críticos do PCF e de sua “União da Esquerda” com o PS. Diretamente ligada aos debates políticos e intelectuais franceses, a ascensão do “antitotalitarismo” servia para confrontar ideologicamente o PCF, em um momento no qual este partido, ainda vinculado estreitamente à URSS, era cada vez menos uma referência para os intelectuais.

Mas, mais em geral, era toda a esquerda e, além disso, a ideia mesma de revolução e/ou da utopia de uma sociedade mais além do capitalismo, que eram atingidas. Como escreve Michael Scott Christofferson, estes intelectuais “antitotalitários” denunciaram,

“em um tom dramático, a filiação entre as concepções marxistas e revolucionárias e o totalitarismo. Saídos eles mesmos da esquerda e não temendo senão uma frágil oposição de sua parte, os antitotalitários logo marginalizaram o pensamento marxista, conseguindo minar a legitimidade da tradição revolucionária francesa. Assim, eles abriram a via às soluções políticas pós-modernas, liberais e republicanas moderadas dos anos 1980 e 1990” (Christofferson, 2014, p.17).

Mais ou menos em 1977, quando o fôlego de 1968 parecia cada vez menos presente, o triunfo dos “novos filósofos” marcava a emergência da “idade de ouro” do antitotalitarismo francês. Inextricavelmente intelectual e midiática, como observou Régis Debray, o sucesso dos “novos filósofos” – dentre os quais ex-maoístas como André Glucksmann e Bernard Henry-Levy – consolidou o avanço de um quase consenso em relação à ideia de que “o totalitarismo seria o



produto inevitável dos projetos e dos discursos revolucionárias (em particular quando se trata de atribuir um papel central ao Estado), e que, nesse sentido, a o assunto dizia respeito à França de 1977, em função da União da Esquerda” (Christofferson, 2014, p.324).

Vanguarda midiática de uma “frente antitotalitária” tão heterogênea quando plural, os “novos filósofos” conferiam uma imagem satisfatória para os “soixante-huitards” cada vez mais afastados das esperanças coletivas revolucionárias: “o individualismo iconoclasta dos ‘novos filósofos’ oferecia à geração de 68 uma identidade alternativa à identidade militante, e igualmente um alibi bem profícuo à ‘nova filosofia’” (Christofferson, 2014, p.342). Ao final de 1977, o antitotalitarismo tornou-se dominante nas fileiras da esquerda intelectual “não-comunista”. Mesmo intelectuais como Michel Foucault (que apoiou publicamente os “novos filósofos”), Claude Lefort e/ou Cornelius Castoriadis, muito contribuíram a esta ofensiva antitotalitária, cujo alvo era o PCF e, mais em geral, o próprio marxismo. A vitória da União de Esquerda, em 1981, apesar de contrabalançar o refluxo eleitoral da esquerda em outros países da Europa (Inglaterra, Portugal, Espanha, Itália), não reverteu a tendência de fundo.

## **RESISTIR AO IRRESISTÍVEL: A VIRADA BENJAMINIANA**

Nos anos 1980, simultaneamente ao recuo das lutas sociais e políticas na Europa – quando Paris, sob governo socialista, se torna a “capital da reação intelectual mundial”, no veredicto exagerado de P. Anderson -, Bensaïd volta suas esperanças para a América Latina, em especial para o Brasil. Nessa época, o Brasil representou, para Bensaïd, uma passageira contra-tendência ao declínio da esquerda política e intelectual europeia e à ascensão do turbilhão neoliberal. A formação do PT, em fevereiro de 1980, contrastava, à época, com a paisagem da esquerda mundial.

Por isso mesmo, o PT gerou grandes expectativas no *Secrariado Unificado* (SU) da IV Internacional: a *Democracia Socialista* – que se tornaria a seção brasileira da IV Internacional em 1985 – engajou-se ativamente no processo de formação do partido. Ernest Mandel, por exemplo, enxergava o Brasil, naquela época, “como a

terra de todos os renascimentos e de todas as esperanças”. Muni-  
do de um “racionalismo sociológico inabalável”, recorda Bensaïd,  
“Ernest [Mandel] visualizava no Brasil uma espécie de equivalente  
tropical da Alemanha bismarckiana, berço do movimento operário  
moderno”, dado o proletariado massivo e concentrado engendrado  
pelo “milagre econômico” da década de 1970. Mandel “estava con-  
vencido que nós (a IV Internacional) poderíamos desenvolver no  
país, rapidamente, uma organização revolucionária de vários milha-  
res de militantes” (Bensaïd, 2004, p.312).

Nesse período, embalado pelo otimismo com a situação brasi-  
leira, bem como com os possíveis desdobramentos da crise nos paí-  
ses do leste europeu, Bensaïd parece hesitar em perceber a dimensão  
da mudança histórica que estava em curso, malgrado os indícios in-  
ternos e externos à LCR – que passava por uma verdadeira hemor-  
ragia militante – de que os ventos haviam tomado outro rumo. Seria  
apenas em meados da década de 1980 que começaria a perceber a  
dimensão da virada histórica que estava se iniciando. Em um texto  
intitulado “Contribution à un débat nécessaire sur la situation poli-  
tique et notre projet de construction du parti”, publicado na revista  
*Critique Communiste* em janeiro de 1986, pode-se observar inter-  
rogações sobre a necessidade de um questionamento da estratégia  
da LCR, tendo em conta a virada histórica que havia começado na  
Europa em meados da década de 1970 (Cf. Bensaïd, 1986).

Se, em uma entrevista de 1978, Bensaïd já reconhecia a emer-  
gência de uma “nova situação política” em relação àquela do pós-maio,  
mas não uma “mudança de período” – estaríamos ainda segundo ele  
na época da “atualidade da revolução” –, no texto de 1986 menciona  
diretamente o “colapso de um projeto não substituído”, aquele baseado  
na esperança de um transbordamento dos partidos reformistas tradi-  
cionais, tendo como resultado o avanço organizacional para além da  
vitória eleitoral da esquerda (Cf. Bensaïd, 1978, 1986). O fim do jornal  
*Rouge quotidien*, dois anos após seu lançamento, em janeiro de 1979,  
expressava o fracasso dessa perspectiva otimista.

É nesse contexto de transição, de mudança de época, entre  
1985/6, que Daniel Bensaïd “descobre” a importância da obra de um  
pensador até então pouco explorado pela esquerda radical, mas cuja

reflexão o ajudaria a confrontar os novos desafios de uma nova época, sob o signo da crise (do socialismo burocrático, do marxismo e da própria esquerda): Walter Benjamin (1882-1940), filósofo alemão, marxista heterodoxo, cuja principal contribuição à cultura política da esquerda foi sua tentativa de elaborar uma concepção da história em ruptura com as ideologias do progresso. O primeiro texto no qual Bensaïd menciona explicitamente Benjamin é *Estratégia e Partido*, livro composto a partir de cursos que ele ministrou em uma escola de formação da LCR em 1986 (Cf. Bensaïd, 1987).

É apenas uma nota de rodapé, mas cuja perspectiva revelava a démarche benjaminiana do autor: ele cita as “teses sobre o conceito de história” de Benjamin a fim de criticar as concepções evolucionistas, lineares, do progresso histórico, seja em sua versão reformista, gradualista, enfim, socialdemocrata, seja na sua variante stalinista. “A teoria socialdemocrata, e, mais ainda, a sua práxis estavam determinadas por um conceito de progresso que não se orientava pela realidade, mas que tinha uma pretensão dogmática”, escreve Benjamin (2005, p.116) na tese XIII. A este conformismo do progresso, pleno de confiança no desenrolar do “tempo vazio e homogêneo”, Benjamin opõe uma concepção do tempo ancorada no presente, compreendido como tempo por excelência da política. O socialismo, portanto, não seria a última estação de uma evolução histórica inelutável, mas antes o resultado de uma interrupção, de uma atualização que é também uma bifurcação, o instante da decisão, vale dizer, da estratégia. É por isso que, para Benjamin, muito além do progresso, é a atualização a categoria principal de uma concepção revolucionária da temporalidade histórica (Cf. Benjamin, 1989).

Sem dúvida, Michael Löwy, que havia publicado diversos textos sobre o autor das *Passagens* na primeira metade da década de 1980 (Cf. 1981, 1988), serviu como referência, no início, para esse despertar benjaminiano de Daniel Bensaïd. Revelando-lhe uma interpretação de Benjamin marxista sui generis, vinda de outro intelectual membro da mesma organização “trotskista” à qual pertencia, o exemplo de Löwy contribuiu, à época, para dissipar as possíveis resistências de um dirigente político/intelectual (Bensaïd) em relação a uma figura tão inclassificável e diletante como o filósofo

alemão. Não constitui um acaso se, em um pequeno rascunho não publicado, de 1989, o primeiro texto diretamente sobre Benjamin, Daniel Bensaïd se utilize amplamente de parâmetros de leitura fixados por Löwy (Cf. Bensaïd, 1989)<sup>8</sup>.

Assim como o amigo, Bensaïd encontrou em Benjamin uma espécie de “bússola” para compreender uma época histórica que se abria, para a esquerda política e intelectual, sob o signo da crise e da derrota (Cf. Querido, 2008, 2016). É exatamente essa capacidade benjaminiana de pensar “a contratempo” que, aos olhos de Bensaïd, carregava uma atualidade incontestável e intempestiva. Nas suas palavras:

“a vida de Benjamin não cessou de bater a contratempo. Em plena revolução alemã, quando se define o destino da batalha, da qual Hitler será apenas o epílogo, ele está longe. Quando ele se volta para o bolchevismo, é para encarar com vigor o Termidor stalinista e a burocracia arrogante. Quando ele atravessa os Pirineus, a rota para a América já está fechada. Não se passa mais. Esse deslocamento, essa marginalidade aguçam a percepção da história que se faz” (Cf. Bensaïd, 2010, p.32).

Em 1989, com o início da derrocada do “socialismo real”, a *débâcle* se completa. Ainda mais porque também na América Latina 1989 marcou um *tournant* regressivo, materializado nas derrotas eleitorais dos sandinistas na Nicarágua e de Lula no Brasil. Conjuntamente, esses acontecimentos contribuíram para consolidar a mudança histórica em curso, deixando a totalidade da esquerda em situação difícil. Como se não bastasse, no plano pessoal, a descoberta de que era portador de grave doença (HIV), em 1990, impôs-lhe algumas transformações bruscas na organização de sua vida cotidiana, o que acabou por reforçar o sentimento de que uma nova época estava emergindo.

A grave doença o impeliu a uma outra concepção do tempo, atravessada por um sentimento de urgência, como se cada texto ou

<sup>8</sup> Além de Michael Löwy, Bensaïd sofreu certa inspiração nesse processo de “descoberta” de Benjamin, ao menos em um primeiro momento, de Enzo Traverso (aluno de Löwy e também militante da LCR) e de Arno Münster, através notadamente da questão do messianismo judaico. Cf. Querido, 2016.

livro pudesse ser o último. “Saber que somos mortais é uma coisa”, escreve ele. “Outra bem diferente é fazer a experiência disso. As proporções e as perspectivas temporais se modificam. As especulações sobre o longínquo se tornam fúteis. O presente assume, ao contrário, novos relevos. Ele alcança uma espécie de plenitude. Busca-se a viver no instante, de acordo com a inspiração e o desejo” (Bensaïd, 2004, p.374). É como se a doença o colocasse em um estado temporal permanentemente benjaminiano, centrado na plenitude (e na emergência) do presente.

Daí a velocidade impressionante com que redigiu seus textos, que não raro passavam a impressão de pouco amadurecidos, com a tonalidade lírica da forma contornando a ausência de reflexão mais aprofundada. Daí, igualmente, a sensação recorrente de decepção, já que a urgência da escrita não resolve problemas cuja resolução depende da prática política das classes subalternas. “Escrever é uma servidão mais que uma vocação. Construção sempre recomeçada, o livro atormenta a cabeça. Demanda esforços desmedidos para um resultado tão decepcionante quanto efêmero” (Bensaïd, 2004, p.376)

Muito embora em alguns escritos anteriores Bensaïd já tenha manifestado essa verve literária irredutível ao linguajar estrito da extrema-esquerda da época, seria apenas após a descoberta de Benjamin, e em especial após 1989, que ele desenvolveria todas as suas potencialidades, tornando-se um dos mais importantes intelectuais marxistas na Europa e no mundo. Essa *démarche* benjaminiana revelou-se em todas as suas consequências no que ele próprio chamaria de “trilogia sobre a história e a memória”: *Moi, la révolution* (1989), *Walter Benjamin, sentinelle messianique* (1990) e *Jeanne, de guerre lasse* (1991). No primeiro livro, em que encarna a revolução francesa em primeira pessoa, confrontando-a com as tendências dominantes de comemoração do seu bicentenário, Bensaïd sustenta a necessidade de “retomar e rever tudo, discutir e rediscutir tudo, colocar tudo em questão, o passado e o futuro”.

Isso não significa que a trajetória de Bensaïd tenha passado, nesse momento, por uma ruptura. Como escreve Samy Joshua (2010, p.54, 55): “seria profundamente injusto não ver senão ruptura sem medir a continuidade”. Afinal de contas, “o ‘marxismo aberto’ que

se lhe atribui estava lá desde o início. Ele estava talvez dissimulado nas mesquinhas do combate político cotidiano, dos textos polêmicos de circunstância, mas jamais seu marxismo foi medíocre”. De fato. No entanto, se não houve ruptura em relação ao seu percurso anterior, tal como sugere Enzo Traverso (2010), para quem a leitura de Benjamin o afasta da tradição clássica do marxismo, parece inegável que, entre 1986 e 1991, e especialmente nos últimos três anos desse sexteto, a obra e a trajetória de Daniel Bensaïd tenham passado por uma inflexão significativa, até mesmo decisiva.

Na realidade, a inflexão é tanto mais compreensível quando se leva em conta a trajetória anterior de Bensaïd, tanto para demarcar as diferenças quanto, também, para analisar as potencialidades que já estavam presentes, mesmo que represadas, em alguns dos textos de “juventude”. Há continuidade na inflexão, e vice-versa. Nas palavras de Stathis Kouvelakis (2010, p.60), “a trajetória de Daniel Bensaïd testemunha a existência de alguma coisa que parecia possível, mesmo imediatamente realizável, em torno de 68, alguma coisa que cessou de existir sob as mesmas formas a partir dos anos de 1980, e que é preciso hoje reinventar, com a ajuda daquilo que ele nos legou”. Ora, o próprio Bensaïd contribuiu, nas suas últimas duas décadas de vida, para esse trânsito entre épocas, sem fazer tábula-rasa do passado, mas sem torná-lo, ao mesmo tempo, um templo a ser única e exclusivamente preservado, ao invés de renovado<sup>9</sup>.

Rememorar esse passado à luz dos desafios do presente foi a grande contribuição de Daniel Bensaïd nas suas duas últimas décadas de vida, sempre à procura da atualização do marxismo crítico. Foi em grande medida por meio dessa rememoração que ele exerceu a sua “lenta impaciência”, ou paciência ativa, diante de um mundo cujo horizonte de expectativa parecia cada vez mais encurtado. Com Benjamin, Bensaïd aprendeu a fazer da melancolia um componente ativo da aposta ainda possível num outro mundo necessário (Cf. Bensaïd, 1997).

---

<sup>9</sup> Em entrevista realizada em 2014, na França, este tema foi tratado de maneira exaustiva com o sociólogo Razmig Keucheyan, autor de um interessante trabalho sobre os “pensamentos críticos contemporâneos”. Cf. Keucheyan (2013). E também Querido (2016).

## REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, W. *Paris, capitale du XIXe siècle*. Paris: Cerf, 1989.
- \_\_\_\_\_. “Teses sobre o conceito de história”. In: LÖWY, M. *Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.
- BENSAÏD, D. *La notion de crise révolutionnaire chez Lénine*. Dissertação de mestrado, Université de Nanterre, 1968. Disponible : <http://danielbensaid.org/La-notion-decrise-revolutionnaire?lang=fr>, s/p.
- \_\_\_\_\_. *La Révolution et le Pouvoir*. Paris: Stock, 1976.
- \_\_\_\_\_. “France - Actualité de la révolution. Entretien”. In: *Inprecor*, n. 29, maio de 1978.
- \_\_\_\_\_. “Grève générale, front unique, dualité du pouvoir”. In: *Critique communiste*, n. 26, janeiro de 1979.
- \_\_\_\_\_. “Contribution à un débat nécessaire sur la situation politique et notre projet de construction du parti”. In: *Critique Communiste*, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Stratégie et Parti*. Paris: Éditions La Brèche, 1987.
- \_\_\_\_\_. “Projet de synopsis. Walter Benjamin et l'école de Francfort”. Arquivos pessoais sob os cuidados de Sophie Bensaïd, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Moi, la révolution. Remembrances d'un bicentenaire indigne*. Paris: Gallimard, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Jeanne de guerre lasse. Chroniques de ce temps*. Paris: Gallimard, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Le pari mélancolique*. Paris: Fayard, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Une lente impatience*. Paris: Stock, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Walter Benjamin, sentinelle messianique*. Paris: Les Prairies ordinaires, 2010.
- BENSAÏD, D. & Weber, H. *Mai 68: une répétition générale*. Paris: Éditions Maspéro, 1968.
- BENSAÏD, D. et al. *Contre Althusser*. Paris: Les Editions de la Passion, 1999.
- CHRISTOFFERSON, M. S. *Les intellectuels contre la gauche. L'idéologie antitotalitaire en France (1968-1981)*. Marseille: Agone, 2004.
- HAMON, H. & ROTMAN, P. *Génération II. Les années de poudre*. Paris: Éditions du Seuil, 1988.

*A política como vocação: o jovem Daniel Bensaïd entre passado e futuro.*

- KEUCHEYAN, R. *Hémisphère Gauche. Une cartographie des nouvelles pensées critiques*. Paris: Editions La Découverte, 2013.
- LÖWY, M. “Messianisme juif et utopies libertaires en Europe centrale (1905-1923)”. In: *Archives de sciences sociales des religions*, n.51.1, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Rédemption et utopie. Le judaïsme libertaire en Europe centrale. Une étude d’affinité élective*. Paris: PUF, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.
- QUERIDO, F. M. “Michael Löwy e Daniel Bensaïd: marxismo e crítica da modernidade”. In: *Aurora*, v.2, n.1, 2008.
- \_\_\_\_\_. “Entrevista com Razmig Keucheyan”. França, Mimeo, 2014.
- \_\_\_\_\_. “Entrevista com Lucien Sanchez”. França, Mimeo, 2014.
- \_\_\_\_\_. “Entrevista com Antoine Artous”. França, Mimeo, 2015.
- \_\_\_\_\_. *Resistência intelectual e engajamento político em Michael Löwy e Daniel Bensaïd: afinidades benjaminianas*. Tese de doutorado em Sociologia. IFCH-Unicamp, 2016.
- JOSHUA, Samy. “Daniel Bensaïd, Résistance, Révolte et Révolution”. In: *Lignes*, n.32, 2010.
- PAS, N. “Six heures pour le Viêtnam. Histoire des Comités Viêtnam français 1965-1968”. In: *Revue historique*, n. 613, 2000, pp.157-185.
- POULANTZAS, N. *Pouvoir politique et classes sociales*. Paris: Maspero, 1969.
- SALLES, J-P. *La Ligue communiste révolutionnaire (1968-1981). Instrument du Grand Soir ou lieu d’apprentissage ?* Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2005.
- SARTRE, J-P. *La critique de la raison dialectique*. Paris: Gallimard, 1960.
- SIRINELLI, J-F. *Les baby-boomers. Une génération 1945-1969*. Paris: Hachette, 2003.
- STORA, B. *La dernière génération d’Octobre*. Paris: Hachette, 2008.
- THERBORN, G. *Do marxismo ao pós-marxismo?* São Paulo: Boitempo, 2012.
- TRAVERSO, E. “Le passeur”. In: *Lignes*, n.32, 2010, pp.174-184.
- WEBER, H. *Que reste-il de Mai 68?*, Paris: Points Seuil, 1998.